

Contacto para mais informações e esclarecimentos:

Tomás Nogueira - tomas.nogueira@plataformaongd.pt / 914681797

Manifesto destaca importância da cooperação para o desenvolvimento para responder aos desafios globais

Plataforma Portuguesa das ONGD apresenta 5 propostas para valorizar as políticas de cooperação para o desenvolvimento durante a próxima legislatura

Lisboa, 7 de fevereiro – A Plataforma Portuguesa das ONGD publica hoje "**5 PROPOSTAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS GLOBAIS**". Com a publicação deste manifesto, a Plataforma pretende “convocar todos os partidos políticos para que assumam compromissos concretos para valorizar a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento”.

O manifesto realça que “a Cooperação para o Desenvolvimento é a resposta para soluções robustas, solidárias, coordenadas, e coerentes, que tenham em conta a necessidade imperiosa de não deixar ninguém para trás”. Ao longo do texto, é recordada a importância de preservar a missão da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (aprovada no final de 2022) que assume como objetivos a “erradicação da pobreza, o combate às desigualdades e a promoção de um desenvolvimento global sustentável”.

O documento apela a que a próxima legislatura contribua para reforçar o papel de Portugal na abordagem a desafios globais como as alterações climáticas, as desigualdades, as crises sanitárias e as ameaças à paz mundial.

No documento agora divulgado publicamente, são apresentadas cinco propostas para a próxima legislatura:

Triplificar o contributo para o combate às desigualdades globais: O manifesto propõe um aumento significativo na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), “um instrumento central para financiar programas destinados às populações em situação de maior vulnerabilidade”, de forma a colocar Portugal em rota de cumprimento do compromisso assumido no quadro da Agenda 2030. Para alcançar a meta de dedicar pelo menos 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para APD até 2030, a Plataforma propõe que, no final da legislatura (2028), este montante atinja, pelo menos, 0,58% do RNB.

Contribuir para o esforço global de combate às alterações climáticas: O documento destaca a importância de aprofundar a transparência e os mecanismos de responsabilização nos esforços globais de combate às alterações climáticas, especialmente no contributo de Portugal em matéria de financiamento climático. Propõe um debate público sobre estratégias inovadoras, incluindo a conversão de dívida devida pelos países parceiros da cooperação a Portugal em financiamento para projetos de transição energética. Apela-se ainda à “criação de um plano que defina os objetivos e metas para o financiamento climático”.

Reforçar a Democracia e a participação da Sociedade Civil: Destaca-se a necessidade de fortalecer a democracia e apoiar a participação cívica, consolidando a liberdade de associação

e fortalecendo as Organizações da Sociedade Civil, nomeadamente as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) como agentes ativos na cooperação internacional e no debate sobre as prioridades definidas para os próximos anos. Em vésperas dos 50 anos do 25 de Abril, o manifesto propõe “desencadear um processo de construção de respostas aos desafios que se colocam à participação cívica enquanto elemento central no envolvimento das pessoas e das suas preocupações em todas as fases das políticas públicas”.

Assegurar a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: O manifesto apela à adoção de uma visão abrangente do desenvolvimento, promovendo um maior alinhamento entre as políticas setoriais como forma de evitar impactos negativos no desenvolvimento dos países parceiros. No documento, pode ler-se que “para responder aos desafios globais, é necessário assegurar a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento em áreas como a segurança, soberania alimentar, comércio e finanças, alterações climáticas, migrações”, propondo-se para isso a “definição de um Plano Nacional” para esta área.

Promover a compreensão pública sobre os desafios do desenvolvimento global: O manifesto destaca a importância da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global como um instrumento essencial para a “construção de uma sociedade democrática, informada e esclarecida”, instando a próxima legislatura a dar seguimento à aprovação da próxima Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). “Num mundo cada vez mais polarizado onde prolifera desinformação e se acumulam desafios complexos”, o manifesto propõe que a próxima ENED assente num “modelo de governação participativo” e contenha um “orçamento dedicado à sua execução”.

Com a divulgação de “**5 PROPOSTAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS GLOBAIS**”, a Plataforma Portuguesa das ONGD pretende chamar a atenção para a necessidade de encontrar respostas globais para os desafios que enfrentamos. Só promovendo um futuro mais justo, solidário, sustentável e equitativo para todas as pessoas será possível ultrapassar desafios como as alterações climáticas, as desigualdades globais e as ameaças à paz. A pandemia de Covid-19 e o aumento no número (e intensidade) de conflitos armados demonstraram que as crises que vivemos têm impactos globais que não obedecem a fronteiras, e obrigam à construção de respostas conjuntas.

Ao longo do período pré-eleitoral, a Plataforma Portuguesa das ONGD vai transmitir aos partidos políticos as propostas agora divulgadas, apelando-lhes para que assumam compromissos concretos para valorizar a cooperação.

NOTAS:

1. A [Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento \(ONGD\)](#) é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de 62 ONGD registadas junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
2. O Manifesto “5 PROPOSTAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS GLOBAIS” pode ser consultado aqui.
3. O trabalho da Plataforma Portuguesa das ONGD no âmbito das Eleições Legislativas de 10 de março de 2024 pode ser acompanhado através [desta página](#) e das contas no [Facebook](#) e no [X](#).